

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.802 - MG (2019/0263842-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : PEDRO PAULO CEZARIO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **PEDRO PAULO CEZARIO** em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o juízo singular condenou o agravante como incurso nas sanções do art. 33, **caput**, da Lei nº 11.343/2006, à pena de **8 (oito) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão**, em regime **fechado**, além de 812 (oitocentos e doze) dias-multa (fls. 248-265).

O eg. Tribunal **a quo deu parcial provimento** ao apelo da defesa e **negou provimento** ao apelo ministerial, para redimensionar a pena do corréu do ora agravante, Nicolas Allan Soares Dias, mantendo, no mais, a sentença condenatória quanto ao agravante.

O v. acórdão foi ementado nos seguintes termos (fl. 381):

*"ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO – ABSOLVIÇÃO – CARÁTER PERMANENTE DO VÍNCULO NÃO DEMONSTRADO – CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA – INCIDÊNCIA – RÉU PRIMÁRIO NÃO ENVOLVIDO EM CRIMINALIDADE – PENA – BASE – PEQUENA REDUÇÃO – QUANTIDADE DE DROGA NÃO DEBORDANTE DOS PARÂMETROS DE NORMALIDADE – RECURSO MINISTERIAL IMPROVIDO – RECURSO DEFENSIVO*

**PROVIDO EM PARTE.**

*- Não restando comprovada nos autos a intenção dos agentes em perpetrar crimes diversos daqueles mencionados em denúncia, não concorrem a espécie os pressupostos da estabilidade e da permanência do vínculo, não restando caracterizada a associação criminosa retratada no art. 288 do CP.*

*- Evidenciada a primariedade de um dos recorrentes e indemonstrada sua dedicação à atividade criminosa, não se há de lhe afastar o privilégio a que alude o art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06.*

*- Há de se promover pequena redução da pena-base fixada a um dos recorrentes, uma vez inexistente prova técnica a aquilatar sua personalidade e conduta social, já se subsumindo à tipologia delitiva, outrossim, as consequências do delito em apreço"*

Opostos embargos de declaração pela acusação e defesa do agravante, estes foram rejeitados (fls. 419-422 e 424-427).

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a defesa alegou ofensa aos arts. 59, 68, 67 e 64, inc. I, todos do CP, porquanto não houve fundamentação idônea para a exasperação da pena-base e fixação da pena definitiva em patamar tão elevado.

Argumenta que *"a pena-base distanciou-se do mínimo legal por motivos inerentes ao tipo penal, além de utilizar como maus-antecedentes condenações que já foram cumpridas e extintas a mais de 5 anos"* (fl. 435), o que não pode ser admitido conforme pacífico entendimento deste Tribunal Superior.

Acrescenta que *"na verdade, todas as circunstâncias que poderiam ser valoradas negativamente se confundem com o próprio tipo penal ou não existem elementos para aferí-las, sendo certo que o preceito secundário da norma se incumbe de fazer essa valoração, cabendo ao magistrado aumentar o mínimo somente se houver algum fato fora do normal para o tipo em tela, o que não ocorreu no presente caso, portanto não existe qualquer motivos*

*autorizador da fixação da pena-base acima do mínimo legal"* (fl. 438).

Alega, ainda, negativa de vigência ao art. 67 do CP, ao argumento de que *"tendo em vista ter o acusado confessado a prática do crime, deve a atenuante da confissão espontânea ser compensada, bem como prevalecer sobre a reincidência, pois ao elencar as circunstâncias preponderantes o legislador as colocou em ordem decrescente, figurando a personalidade do agente antes da reincidência"* (fl. 441).

Por fim, pugna pelo provimento do apelo nobre, a fim de que seja a pena-base fixada no mínimo legal, que deverá ser definitiva em face da compensação entre as agravantes de reincidência e atenuante da confissão.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 472-476), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação da Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 496-500).

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **não conhecimento** do agravo em recurso especial (fls. 541-544).

É o relatório.

**Decido.**

**O agravo não merece ser conhecido.**

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a impossibilidade de incidência da Súmula 7/STJ.

Digo, nas razões de fls. 496-500, a defesa se limitou a alegar que *"assevere-se que não se está aqui a promover o reexame do quadro probatório dos presentes autos, em razão do óbice contido no verbete da Súmula 7, do*

*STJ. Não obstante tal impedimento, a valoração acertada da prova efetivamente produzida é aceita nessa via processual, conforme orientação jurisprudencial desse e. Tribunal Superior" (fl. 498).*

No caso, deveria o agravante demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, deixando claro que os fatos foram devidamente consignados no **decisum a quo**, o que não aconteceu.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 16/5/2016).*

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.*

*1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.*

*2. Os Tribunais Superiores, em recentes decisões, firmaram o entendimento de que, após esgotadas as via*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*recursais ordinárias, apenas casuísticos efeitos suspensivos concedidos aos recursos excepcionais impedirão a execução provisória.*

3. *Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios.*" (AgRg no AREsp 984.287/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 26/06/2017).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator